

ACESSO E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO NO ATENDIMENTO À PESSOAS SURDAS EM UBS

ACCESS AND INCLUSION: WELCOME STRATEGIES IN SERVING DEAF PEOPLE IN UBS

Ana Luisa Alves D' Moraes¹

Elyda Raquel Marinho Silva de Godoi²

Franciele Bárbara Torres Dias³

Larissa Mara Duarte Teixeira⁴

Maria Eduarda Pereira Gonçalves⁵

Nátaly Gleicy Diniz Silva⁶

Sabrina Souza de Melo⁷

RESUMO

Este relatório descreve a realização de uma ação educativa no âmbito de um posto de saúde, voltada à apresentação sobre a importância da implantação da Libras no atendimento aos usuários surdos. Direcionada aos profissionais de saúde, a ação buscou promover reflexões sobre comunicação inclusiva e a garantia do direito à acessibilidade na comunicação previsto em lei. Durante o encontro, foram abordados conceitos básicos sobre a comunidade surda, a relevância da comunicação gestual no contexto da saúde, as barreiras enfrentadas no atendimento clínico, e a necessidade de capacitação dos profissionais para uso funcional de Libras. Complementarmente, foram distribuídos folders com sinais básicos em Libras e orientações para acolhimento humanizado. As evidências práticas observadas, tais como maior segurança no acolhimento, melhoria da qualidade da informação e engajamento da equipe, indicam que a adoção de Libras no serviço de saúde favorece diretamente a qualificação do cuidado, a autonomia do paciente surdo e o cumprimento de políticas de acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Acessibilidade Comunicacional; Comunicação Inclusiva; Atendimento em Saúde; Humanização.

ABSTRACT

This report describes the implementation of an educational activity within a health center, aimed at presenting the importance of incorporating Brazilian Sign Language (Libras) in the care provided to deaf users. Directed at healthcare professionals, the action sought to promote reflections on inclusive communication and the guarantee of the right to communication accessibility as established by law. During the session, basic concepts about the deaf community, the relevance of gestural communication in the healthcare context, the barriers faced during clinical care, and the need for professional training for the functional use of Libras were addressed. Additionally, folders containing basic Libras signs and guidelines for humanized care were distributed. Practical evidence observed—

¹Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

²Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

³Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁴Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁵Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁶Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

⁷Graduanda no curso de Enfermagem pela Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM).

such as greater confidence during patient reception, improved quality of information, and increased team engagement—indicates that the adoption of Libras in healthcare services directly contributes to the improvement of care, the autonomy of deaf patients, and compliance with accessibility policies.

KEYWORDS: Libras; Communication Accessibility; Inclusive Communication; Healthcare Delivery; Humanization.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação constitui um elemento essencial na construção do cuidado em saúde, sendo determinante para o estabelecimento de vínculos, para a escuta qualificada e para a efetividade das ações desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). No entanto, as pessoas surdas ainda enfrentam inúmeros desafios no acesso a esses serviços, em virtude de barreiras comunicacionais, ausência de intérpretes de Libras e falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades linguísticas e culturais dessa população.

A Política Nacional de Humanização e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente o da equidade, reforçam a importância de práticas de acolhimento que respeitem as diferenças e garantam o acesso universal e inclusivo. Dessa forma, compreender como ocorre o acolhimento de pessoas surdas nas UBS é fundamental para promover a efetivação desses princípios e contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento prestado.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as estratégias de acolhimento utilizadas por profissionais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para promover o acesso e a inclusão de pessoas surdas no atendimento. Busca-se, ainda, identificar as principais barreiras comunicacionais, descrever as estratégias adotadas pelos profissionais, avaliar a percepção das pessoas surdas quanto à qualidade do acolhimento e propor medidas de qualificação profissional voltadas à inclusão e ao acesso equitativo.

Ao abordar esse tema, pretende-se contribuir para a reflexão sobre práticas mais humanizadas e acessíveis no SUS, fortalecendo a comunicação entre profissionais e usuários e incentivando a construção de políticas públicas que garantam o direito à saúde de forma integral e inclusiva.

2 OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo compreender, de forma crítica e sensível, as estratégias de acolhimento utilizadas pelos profissionais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com ênfase nos desafios enfrentados pela comunidade surda no processo de acesso e utilização desses serviços. Busca-se analisar não apenas as práticas já existentes, mas também as barreiras comunicacionais que dificultam uma interação efetiva, respeitosa e inclusiva, evidenciando como tais

obstáculos impactam a qualidade do atendimento e a experiência do usuário. A partir dessa análise, pretende-se propor medidas de qualificação profissional que promovam maior conscientização, preparo técnico e empatia dos trabalhadores da saúde, visando construir um cuidado mais equitativo, acessível e humanizado.

Dessa forma, espera-se contribuir para o fortalecimento das políticas de inclusão, para a valorização da diversidade linguística e cultural das pessoas surdas e para a efetivação do direito ao acesso universal e integral aos serviços de saúde.

3. JUSTIFICATIVA

A acessibilidade na saúde é um direito garantido por lei e deve contemplar todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência auditiva. A comunicação entre profissionais da saúde e pacientes surdos muitas vezes é prejudicada pela ausência do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que pode gerar barreiras no atendimento, dificuldades na compreensão de orientações médicas e, conseqüentemente, prejuízos no cuidado prestado.

Diante disso, a realização deste trabalho em Libras na Unidade Básica de Saúde (UBS) justifica-se pela necessidade de promover a inclusão, a humanização e a melhoria da qualidade no atendimento à comunidade surda. Além de favorecer a conscientização dos profissionais e usuários sobre a importância da Libras, a iniciativa contribui para reduzir desigualdades, fortalecer vínculos entre equipe de saúde e pacientes e garantir um serviço mais equitativo, acessível e acolhedor.

4. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, cujo objetivo é compreender as estratégias de acolhimento empregadas nas UBS para facilitar o acesso e promover a inclusão de pessoas surdas. A pesquisa será realizada em UBS da cidade de Pará de Minas e contará com a participação tanto de profissionais de saúde — como médicos, enfermeiros e agentes comunitários — quanto de usuários surdos. Para coletar os dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com esses participantes, acompanhadas de observações durante o atendimento nas UBS, além da análise de eventuais protocolos de atendimento disponíveis.

Para a análise dos dados, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin, organizando as informações em categorias que englobam barreiras na comunicação, estratégias de acolhimento e percepções sobre a inclusão. O estudo também levará em conta a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio oficial de comunicação, bem como outras políticas públicas de saúde que assegurem os direitos das pessoas com deficiência.

A pesquisa busca identificar os principais desafios de comunicação enfrentados por pessoas surdas ao acessar os serviços de saúde, descrever as formas de acolhimento utilizadas pelos profissionais e sugerir melhorias na capacitação destes, incluindo a criação de materiais informativos, como cartilhas, para tornar o atendimento mais acolhedor, inclusivo e acessível.

5. DESENVOLVIMENTO

A comunicação é um elemento fundamental para a socialização humana, pois é por meio dela que se instituem as relações em sociedade. No contexto da saúde, é através da comunicação estabelecida com o paciente que o profissional consegue compreendê-lo em sua integralidade. Assim, para o desenvolvimento de um processo de trabalho adequado, é essencial utilizar a comunicação de forma efetiva na relação profissional-paciente, para que se evite falhas na assistência (FERREIRA; BRAYNER, 2021).

Para as pessoas surdas, o acesso à informação e ao cuidado em saúde ainda representa um desafio significativo, devido às barreiras linguísticas, à ausência de protocolos e estratégias específicas de atendimento, bem como à falta de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, compromete o atendimento humanizado e gera dificuldades no acesso a serviços que são direitos universais assegurados pela Constituição Federal. Nesse sentido, a acessibilidade é essencial para que as pessoas surdas possam usufruir plenamente dos serviços de saúde (CAMPELLO et al., 2024).

A ausência de uma comunicação clara entre profissionais de saúde e pacientes surdos pode resultar em diagnósticos equivocados, tratamentos inadequados e exclusão. Dessa forma, nas UBS, a acessibilidade deve ser tratada como obrigação fundamental para promover autonomia e liberdade, garantindo que as pessoas surdas se sintam acolhidas e seguras ao buscar atendimento. Conforme a Lei nº 13.146/2015, a acessibilidade é um direito garantido a todas as pessoas com deficiência, e o atendimento adequado deve incluir intérpretes de Libras e profissionais preparados para lidar com as necessidades de comunicação específicas dessa população (BRASIL, 2015).

A Política Nacional de Humanização (PNH), instituída pelo Ministério da Saúde, reforça que o acolhimento deve garantir escuta qualificada, respeito e valorização das diferenças. No entanto, para a população surda, o acolhimento ainda é muitas vezes limitado pela falta de preparo técnico e estrutural, o que impacta diretamente o princípio da universalidade e da equidade, pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), que visam atender a todos os cidadãos de forma integral (BRASIL, 2013). A comunicação é a base de qualquer relação, e quando ela é dificultada, a assistência à saúde fica comprometida. Além das barreiras linguísticas, há aspectos relacionados ao acolhimento que

precisam ser considerados, já que a comunidade surda possui identidade e cultura próprias. Por isso, é necessário que os profissionais adotem uma postura empática e sensível à diversidade comunicacional.

Nesse cenário, o enfermeiro desempenha papel fundamental, pois está na linha de frente do atendimento, sendo responsável por promover a comunicação eficaz, orientar a equipe e garantir o acesso aos serviços de forma igualitária e acolhedora. Durante a formação acadêmica, o contato do enfermeiro com a Libras é breve, mas já evidencia a importância e a necessidade do domínio da língua para atender adequadamente esse público (LEITE et al., 2022). Por isso, é necessário investir em estratégias permanentes de capacitação em Libras, uso de tecnologias de tradução, presença de intérpretes e produção de materiais educativos que facilitem a compreensão sobre o cuidado e os direitos em saúde. Tais ações contribuem para reduzir o preconceito linguístico e promover uma mudança significativa no atendimento à pessoa surda.

A inclusão da Libras na formação dos profissionais da saúde surge como uma necessidade urgente, não apenas para garantir a acessibilidade no atendimento, mas também para promover uma prática de saúde mais equitativa. A formação adequada em Libras constitui-se como elemento central para a construção de um sistema de saúde que respeite a diversidade linguística e cultural, garantindo que todos os pacientes tenham acesso a um atendimento digno e de qualidade, além de reduzir erros e aumentar a satisfação dos usuários surdos (SOARES, 2024). Dessa forma, é fundamental que os cursos de enfermagem e demais áreas da saúde incluam disciplinas de Libras em seus currículos, conforme o Decreto nº 5.626/2005, o que é um avanço significativo para o cumprimento das legislações vigentes e para a construção de uma prática inclusiva (BRASIL, 2005).

A transformação na forma de pensar e agir dos profissionais é igualmente essencial. O acolhimento à pessoa surda deve ir além da tradução literal da língua e englobar o respeito e a compreensão de suas particularidades. A empatia, o contato visual e o uso de gestos e expressões faciais claras tornam a comunicação mais eficaz e fortalecem o vínculo entre profissional e paciente. Assim, o atendimento às pessoas surdas nas UBS depende de diversos fatores interligados, como qualificação da equipe, estrutura física adequada, políticas públicas bem aplicadas e uma postura acolhedora. A ausência de qualquer desses elementos resulta em exclusão e desigualdade. Garantir a inclusão comunicacional, portanto, não é apenas uma questão de acessibilidade, mas de respeito à dignidade e ao direito à saúde de todos.

Além disso, é importante esclarecer que o termo “surdo-mudo” é incorreto e preconceituoso, pois os surdos têm voz e podem aprender a falar. O uso deste termo reflete desconhecimento sobre o fato de que o aparelho fonador das pessoas surdas funciona normalmente (COSTA et al., 2023). A legislação brasileira sobre a Libras vem avançando nas últimas décadas, na qual se consolidou

direitos linguísticos e sociais das pessoas surdas. A Lei nº 10.436/2002 reconhece oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta seu uso e ensino, tornando obrigatória sua inclusão em cursos de formação docente e serviços públicos de atendimento. Posteriormente, a Lei nº 12.319/2010 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, garantindo maior qualidade e segurança nos serviços de interpretação, inclusive na área da saúde (BRASIL, 2010). A Lei nº 14.191/2021 instituiu a educação bilíngue de surdos, reconhecendo a Libras como primeira língua e o português como segunda língua (BRASIL, 2021). Mais recentemente, a Portaria do MEC nº 993/2023 e a Resolução nº 14/2024 instituíram a Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS), responsável por propor políticas voltadas à implementação da educação bilíngue e da acessibilidade linguística (BRASIL, 2024).

Essas medidas fortalecem a integração entre educação e saúde, ampliando o uso da Libras como ferramenta essencial de comunicação institucional. O Projeto de Lei nº 2062/2025, que propõe a obrigatoriedade do ensino de Libras em todas as etapas da educação básica, também representa um avanço, pois contribui para formar gerações mais conscientes sobre acessibilidade e inclusão (BRASIL, 2025). Contudo, ainda há desafios na efetivação dessas políticas, especialmente quanto à carência de intérpretes, à formação limitada e à fiscalização do cumprimento legal. A plena implementação das legislações sobre Libras exige o comprometimento conjunto de governos, instituições de ensino e profissionais da saúde para transformar garantias legais em práticas inclusivas e reais.

Por fim, de acordo com a Resolução COFEN nº 564/2017, é dever do profissional de enfermagem aprimorar seus conhecimentos técnico-científicos, ético-políticos, socioeducativos e culturais em benefício da pessoa, família e coletividade. Além disso, deve prestar assistência sem qualquer forma de discriminação. Assim, é imprescindível que todos os profissionais envolvidos no cuidado ao paciente surdo estejam integrados às condições socioculturais e biopsicossociais, desenvolvendo métodos que promovam interação, acolhimento e tratamento adequados (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2017).

6. APLICAÇÃO

A aplicação do projeto ocorreu com foco na melhoria do acolhimento e da comunicação entre profissionais da UBS e pessoas surdas, por meio de ações educativas, materiais acessíveis e ajustes no fluxo de atendimento. As etapas foram desenvolvidas de forma participativa e sensível às necessidades da equipe e dos usuários.

6.1 Procedimentos da Aplicação

Local da aplicação:

O projeto foi desenvolvido no Programa de Saúde da Família (PSF) do bairro Santos Dumont, envolvendo a equipe multiprofissional da unidade, incluindo enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, ACS e equipe da recepção.

Público-alvo:

- Profissionais da UBS diretamente envolvidos no acolhimento.
- Indiretamente, usuários surdos atendidos na unidade.

Objetivo:

Promover sensibilização e qualificação profissional para aprimorar o atendimento à pessoa surda, por meio de:

- Identificação de barreiras comunicacionais;
- Capacitações breves em Libras e comunicação inclusiva;
- Produção e implantação de materiais visuais acessíveis;
- Orientação sobre fluxos e condutas humanizadas.

Ações desenvolvidas:

- Reunião inicial com a coordenação para apresentação do projeto e cronograma;
- Sensibilização da equipe com palestra sobre cultura surda, direitos e práticas de acolhimento;
- Minioficina de Libras com ensinamentos de sinais básicos utilizados no atendimento;
- Confecção e instalação de cartazes, ícones visuais e orientações de comunicação alternativa;
- Implementação de um fluxo de atendimento acessível com orientações sobre postura e comunicação;
- Roda de conversa com os profissionais para avaliação das dificuldades, avanços e sugestões.

6.2 Relatório da Aplicação Metodologia:

A intervenção adotou abordagem qualitativa, educativa e observacional, integrando observação direta do atendimento, capacitações breves, criação de materiais acessíveis e rodas de conversa para diálogo e reflexão coletiva.

Participantes:

Total de funcionários envolvidos: *(inserir número)*

- Enfermeira:
- Técnicos de Enfermagem:
- ACS:

- Médicos:
- Recepcionistas:

Resultados observados:

- **Antes da intervenção:** insegurança no atendimento à pessoa surda, inexistência de materiais acessíveis e barreiras comunicacionais evidentes.
- **Durante a intervenção:** alta participação da equipe, interesse em aprender sinais e reconhecimento de pontos críticos no fluxo de atendimento.
- **Após a intervenção:** maior segurança profissional, uso de ícones visuais na recepção, melhora no contato visual e maior disposição para comunicação gestual. A unidade demonstrou interesse em ampliar ações e buscar capacitação formal em Libras.

Conclusão:

A aplicação demonstrou que iniciativas simples e de baixo custo podem ampliar significativamente a acessibilidade e a humanização no atendimento à pessoa surda. A equipe mostrou-se receptiva e comprometida, fortalecendo a equidade e contribuindo para um cuidado mais inclusivo e acolhedor.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas no posto de saúde evidenciaram a relevância da comunicação acessível como elemento essencial para a qualidade do cuidado e para a promoção da equidade em saúde. A sensibilização da equipe demonstrou que, quando os profissionais compreendem a realidade da pessoa surda e reconhecem a Libras como língua legítima e necessária no atendimento, o processo de acolhimento torna-se mais humano, seguro e eficaz. A intervenção permitiu observar mudanças imediatas na postura comunicativa da equipe, bem como maior abertura para o uso de estratégias inclusivas, reforçando que pequenas ações podem transformar significativamente a experiência do paciente surdo na Atenção Básica.

Além disso, os resultados apontam que a implantação de recursos de Libras na rotina do serviço não apenas favorece a autonomia do usuário, mas também fortalece o compromisso ético da unidade com as políticas de acessibilidade e com os direitos das pessoas com deficiência. Contudo, para que essas melhorias se consolidem, é fundamental investir na continuidade das ações educativas, na atualização permanente dos profissionais e na oferta de capacitações formais em Libras para toda a equipe. Assim, a unidade poderá avançar na construção de um serviço verdadeiramente inclusivo, preparado para acolher a diversidade e comprometido com a promoção de uma saúde mais justa, humana e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007. 100 p. Disponível em: <https://www.mte.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2025.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **Acessibilidade e cidadania**. [S. l.: s. n.], [200-?]. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/>. Acesso em: 18 set. 2025.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Cartilha de Libras em medicina e saúde**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). **Direitos das pessoas surdas**. Rio de Janeiro: INES, 2009. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2025.

FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais. **Direitos humanos das pessoas surdas**: pela equidade social, cultural e linguística. Versão julho/2018. [S. l.: FEBRAPILS], 2018. Disponível em: <http://www.febrapils.org.br/>. Acesso em: 18set, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**: HumanizaSUS. Brasília:Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://share.google/C4meyq1SCKgehpmmNN>. Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 26 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da União, Brasília, 27 set. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Institui a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 993, de 23 de maio de 2023.** Institui a Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS). Diário Oficial da União, Brasília, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucoes87>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 14, de 30 de outubro de 2024.** Dispõe sobre o Regimento Interno da CNEBS. Diário Oficial da União, Brasília, 31 out. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=97&data=31/10/2024&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2062, de 2025.** Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras na educação básica. Senado Federal, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/168376>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza; LIRA, Darlene Seabra de; ROCHA, Leliane Aparecida Castro; MILAN, Davi (Orgs.). **Saberes interdisciplinares das pessoas surdas.** Formiga: Editora MultiAtual, 2024. 220p. ISBN 978-65-6009-125-2. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/918487/2/Saberes%20Interdisciplinares%20das%20Pessoas%20Surdas%20at%2023.12.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

COFEN (Brasil). **Resolução Cofen nº 564/2017, de 6 de novembro de 2017:** aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem, 2017. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>. Acesso em: 25 out. 2025.

COSTA, Sílvia Cristina Padilha da; MUELLER, Airton Adelar; FABRICIO, Adriane. **A comunidade surda e o atendimento em Unidades Básicas de Saúde:** questão legal assegurada. Serviço Social & Saúde, Campinas, v. 22, e023012, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/download/8674058/34412/178740>. Acesso em: 23 out. 2025.

FERREIRA, N. L. M.; BRAYNER, I. C. dos S. **O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde:** mãos que falam. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 17, n. 00, p. e021016, 2021. DOI: 10.26673/tes.v17i00.15169. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/15169>. Acesso em: 19 out. 2025.

LEITE, K. I. M.; LEITE, M. M. N.; SILVA, A. H. B. E. **Os prejuízos pela dificuldade de comunicação no atendimento de saúde à pessoa surda:** revisão integrativa. Research, Society and Development, Lavras, v. 11, n. 10, e96111032262, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/32262/27572>. Acesso em: 19 out. 2025.

SOARES, Lidiane Sacramento. **LIBRAS na formação em saúde:** impactos no atendimento a pacientes surdos. Anais New Science Publishers | Editora Impacto, 2024. DOI: 10.56238/I-CIMS-036. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/ans/article/view/1494>. Acesso em: 23 out. 2025.